



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

Certificado de registro de marca

Processo nº: 912146435

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para garantia da propriedade e do uso exclusivo, certifica que a marca abaixo reproduzida encontra-se registrada nos termos das normas legais e regularmente em vigor, mediante as seguintes características e condições:



Data de depósito: 10/01/2017
Data da concessão: 07/08/2018
Fim da vigência: 07/08/2028

Titular: JOÃO CARLOS ENNES DA SILVA [BR/RS]
CPF: 67616623034
Endereço: Rua Tocantins, 91540420, Porto Alegre, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Apresentação: Mista
Natureza: Marca de Serviço
CFE(4): 26.4.1, 27.5.17, 27.5.25, 29.1.4 e 29.1.12
NCL(10): 36
Especificação: Assessoria, consultoria e informação em fundo de investimentos - [Informação em]; Assessoria, consultoria e informação em fundo de investimentos - [Consultoria em]; Assessoria, consultoria e informação em fundo de investimentos - [Assessoria em]; Assessoria, consultoria e informação em fundo de investimentos; Assessoria, consultoria e informação em investimentos - [Informação em]; Assessoria, consultoria e informação em investimentos - [Consultoria em]; Assessoria, consultoria e informação em investimentos - [Assessoria em]; Assessoria, consultoria e informação em investimentos em mercado de ações - [Informação em]; Assessoria, consultoria e informação em mercado de ações - [Consultoria em]; Assessoria, consultoria e informação em mercado de ações - [Assessoria em]; Assessoria, consultoria e informação em mercado de ações;



Assinado digitalmente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Em 01/10/2018
Aprovado por ANDRÉ LUIS BALLOUSSIER ANCORA DA LUZ - Matrícula 0449457



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

Certificado de registro de marca

Processo nº: 912146435

Rio de Janeiro, 07/08/2018

André Luis Balloussier Ancora da Luz
Diretor

A proteção conferida pelo presente registro de marca tem como limite o disposto no art. 124, incisos II, VI, VIII, XVIII e XXI, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

NÚRIA LOPES BROLL

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação:

Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS

Nível: Básico (CP RPPS CGINV I)

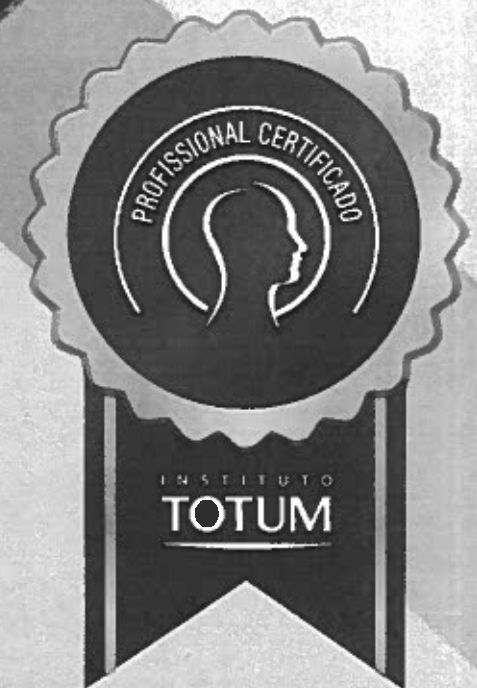
Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova

Data de Aprovação: 26/08/2024

Número da Certificação: 337248677342808

Data de Validade: 26/08/2028

Data de Realização da Prova: 22/08/2024



A veracidade das informações contidas neste Certificado deve ser checada através do site: <https://certificaded.certificaonline.institutototum.com.br/#/home>



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E
LOTÉRIAS
RETIFICAÇÃO

No subitem 2.1.2.1 da Circular CAIXA nº 581, de 31.05.12, publicada na seção 1, páginas 18 a 20, do Diário Oficial da União nº 110 de 08.06.12, onde se lê: "2.1.2.1 O saldo remanescente a que se refere o subitem 2.1.2 é de R\$ 1.473.164.000,00 (um bilhão, quatrocentos e setenta e três milhões, cento e sessenta e quatro mil reais)." leia-se: "2.1.2.1 O saldo remanescente a que se refere o subitem 2.1.2 é de R\$ 1.437.164.000,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e sete milhões, cento e sessenta e quatro mil reais)."

No subitem 2.1.3 da Circular CAIXA nº 581, de 31.05.12, publicada na seção 1, páginas 18 a 20, do Diário Oficial da União nº 110 de 08.06.12, onde se lê: "2.1.3 As operações a serem contratadas com o saldo remanescente existente, apurado em 13 de janeiro de 2012, relativo ao valor de que trata o subitem 2.1.2.1, ou que sejam contratadas com recursos que venham posteriormente ser alocados pelo Conselho Curador do FGTS, seguirão os dispositivos estabelecidos nesta Circular, para as aquisições das cotas de FII e de FIDC, debêntures e CRI, e deverão obedecer aos limites distribuídos entre as regiões do território nacional, conforme os percentuais definidos no quadro a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR REGIÃO GEOGRÁFICA EM FUNÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA* E DO DÉFICIT DE SANEAMENTO BÁSICO**

REGIÃO GEOGRÁFICA	% DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS***
Norte	19,2
Nordeste	25,5
Sudeste	29,9
Sul	15,8
Sudoeste	8,8
Sul	100,0

leia-se: "2.1.3 As operações a serem contratadas com o saldo remanescente existente, apurado em 13 de janeiro de 2012, relativo ao valor de que trata o subitem 2.1.2.1, ou que sejam contratadas com recursos que venham posteriormente ser alocados pelo Conselho Curador do FGTS, seguirão os dispositivos estabelecidos nesta Circular, para as aquisições das cotas de FII e de FIDC, debêntures e CRI, e deverão obedecer aos limites distribuídos entre as regiões do território nacional, conforme os percentuais definidos no quadro a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR REGIÃO GEOGRÁFICA EM FUNÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA* E DO DÉFICIT DE SANEAMENTO BÁSICO**

REGIÃO GEOGRÁFICA	% DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS***
Norte	19,2
Nordeste	25,5
Sudeste	29,9
Sul	15,8
Sudoeste	8,8
Sul	100,0

* Considerado os dados do Censo Demográfico IBGE/2010

** Considerado como déficit de saneamento básico:

- domicílios urbanos sem rede de distribuição de água (Censo Demográfico IBGE/2010).

- domicílios urbanos sem rede coletora de esgoto ou fossa séptica (Censo Demográfico IBGE/2010).

- volume estimado de esgotamento sanitário gerado e não tratado (SNIS/2009).

*** Critérios adotados para a distribuição dos recursos:

- 30% em função da população urbana da Região Geográfica

- 10% em função do número de domicílios urbanos sem rede de distribuição de água.

- 20% em função do número de domicílios urbanos sem rede coletora de esgoto ou fossa séptica.

- 40% em função do volume estimado de esgoto gerado e não tratado."

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 10 DE JULHO DE 2012

Nº 12.429 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. MARC SAUERMAN, C.P.F. nº 010.514.309-09, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.430 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. DANIEL HENRIC GROZDEA, C.P.F. nº 016.337.957-21, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.431 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. LAURO HENRIKO GARCIA ALVES DE SOUZA, C.P.F. nº 111.128.827-58, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.432 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ANTONIO AUGUSTO DE BIASI ROCHA RAMOS, C.P.F. nº 931.746.917-53, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.433 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. EDMUNDO LUIZ VALERIO BARBOSA, C.P.F. nº 961.670.179-72, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

Nº 12.434 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. JOAO CARLOS ENNES DA SILVA, C.P.F. nº 676.166.230-34, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

Nº 12.435 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a PROJEÇÃO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, C.N.P.J. nº 68.559.301, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

Nº 12.436 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ALEXANDRE ANTUNES MACIEL HALLOT, C.P.F. nº 096.340.307-93, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.437 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida ao Sr. RICARDO DE SOUZA ADENES, C.N.P.J. nº 183.617.141-20, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.438 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida a ANCORA ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LTDA, C.N.P.J. nº 00.641.561, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.439 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida a FINANCIAL CREDITO INVESTIMENTOS LTDA, C.N.P.J. nº 13.220.396, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.440 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida a VR GESTORA DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. nº 11.688.015, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
COM EMPRESAS

JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO
DE RITO SUMÁRIO CVM Nº RJ-2011-7388

Acusado: Sandrine Emmanuelle Christine Meyer Benavides - Diretora de Relações com Investidores da TAIPE TRANCOSO EMPREENDIMENTOS S.A.

Ementa: Infração ao artigo 13 da Instrução CVM nº 480/09.

Decisão: Julgo procedentes as acusações que foram formuladas no presente processo e, com base nos artigos 1º ao 5º do Regulamento Anexo à Resolução CMN nº 1.657, de 27.10.89, bem como no artigo 11 da Lei nº 6.358/76, aplico a penalidade de ADVERTÊNCIA à Sra. SANDRINE EMMANUELLE CHRISTINE MEYER BENAVIDES, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da TAIPE TRANCOSO EMPREENDIMENTOS S.A.

A apenada terá um prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso com efeito suspensivo ao Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 6º do Regulamento anexo à Resolução CMN nº 1.657, de 26.10.89, alterada pela Resolução CMN nº 2.785, de 18.10.00.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2012.

FERNANDO SOARES VIEIRA

Superintendente

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO
E CONTENCIOSO

PORTARIA Nº 291, DE 11 DE JULHO DE 2012

Transfere a competência para julgamento de processo administrativo fiscal entre Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que especifica.

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 275 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica transferida a competência para julgamento do processo administrativo fiscal nº 10140.721531/2012-31, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande (MS), para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º O processo a que se refere o art. 1º deverá ser transferido eletronicamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO DE VARGAS SERPA

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11,
DE 11 DE JULHO DE 2012

Concede Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA/PI, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e face ao que consta do processo nº 10384.720501/2012-44, declara:

Art. 1º Concedido à empresa EDITORA GRÁFICA ALIANÇA LTDA, CNPJ nº 08.171.718/0001-52, situada na Av. Francisco Carlos Jansen nº 395, Parque Piauí, Timon-MA, CEP 65631-240, o Registro Especial de nº GP-03301/019, para operação com papel imune na atividade específica de GRÁFICA - Impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária.

Art. 2º O estabelecimento inscrito no Registro Especial fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN RFB nº 976/2009, e alterações posteriores, e dos demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art. 7º da referida Instrução.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA



ANEXO II

INDICADOR GLOBAL

Finalidade	Fórmula de Cálculo	Meta Global Fixada	Meta Global Atingida	Parcela Institucional da ODAFAZ		Resultado Final do MF (Número de Pontos Obtidos)
				Resultado Global	Número de Pontos Obtidos	
Avaliar o cumprimento das metas de desempenho institucional.	$\text{Resultado Global} = (P+C+S+R+E) / \text{nº total de servidores PECFAZ}$ <p>Onde:</p> <p>P = % médio de realização meta PGFN x nº de servidores PECFAZ na PGFN;</p> <p>C = % médio de realização meta COAF x nº de servidores PECFAZ no COAF;</p> <p>S = % médio de realização metas SPOA x nº de servidores PECFAZ na SPOA/CARF/SAIN/STN/SP/SEAB/GMF/SECONFAZ;</p> <p>R = % médio de realização meta RFB x nº de servidores PECFAZ na RFB;</p> <p>E = % médio de realização meta ESAF x nº de servidores PECFAZ.</p>	75%	107,18%	Acima de 74,9%	80	80
				70% a 74,9%	75	
				65% a 69,9%	70	
				60% a 64,9%	65	
				50% a 59,9%	60	
				40% a 49,9%	50	
				30% a 39,9%	40	
				20% a 29,9%	30	
				0% a 19,9%	25	

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
NO PIAUÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui sujeito passivo do Parcelamento Excepcional de que trata a Medida Provisória nº 303/2006 (PAEX).

A PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL, abaixo identificada, em exercício na Procuradoria da Fazenda Nacional no Piauí, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto nos artigos 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 19 de junho de 2006, e artigos 6º e 13 da Portaria Conjunta nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento especial (PAEX) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 26 de junho de 2006, de acordo com o seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no anexo único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alterados sem recolhimento das parcelas do PAEX ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, com a utilização da senha PAEX.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador da Fazenda Nacional, na Praça Marechal Deodoro, S/N - Centro - Teresina - PI.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo Único do Ato Declaratório Executivo PFN/PJ/DAU nº 01, de 13 de dezembro de 2012.

ANA CRISTINA ADAD ALENCAR

ANEXO ÚNICO

Relação de CNPJ das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX)

63.513.436/0001-02, 63.526.750/0001-11, 63.528.202/0001-20, 69.399.004/0001-90, 69.602.589/0001-02, 69.603.116/0001-11, 69.603.983/0001-57, 69.611.838/0001-18, 69.612.190/0001-02, 69.603.663/0001-96, 73.908.634/0001-10, 01.359.134/0001-66, 04.931.639/0001-41

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
EM MINAS GERAIS
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PATOS DE MINAS

ATO DE EXCLUSÃO Nº 2, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Torna parcialmente sem efeito o Ato de Exclusão nº 1/PSFN/PATOS, de 26 de novembro de 2012, referente ao Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

A PROCURADORA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PATOS DE MINAS, no uso de suas atribuições, comunica terem sido identificados os pagamentos das parcelas consideradas em atraso e, conseqüentemente, torna sem efeito o Ato de

Exclusão nº 1/PSFN/PATOS, de 26 de novembro de 2012, referente ao processo administrativo 15157.000432/2012-56, em relação ao contribuinte ROBSON FONSECA SANTOS & CIA LTDA, CNPJ 03.014.634/0001-91.

MARIA DA GLÓRIA VIEIRA MOREIRA

BANCO DO BRASIL S/A
DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2012

Em vinte e um de setembro de dois mil e doze, às nove horas, na sede social da empresa, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF), sob a presidência do Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, realizou-se, por teleconferência, reunião extraordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 533000063-8), tendo participado os Conselheiros Aldemir Bendine, Adriana Queiroz de Carvalho, Bernardo Gouthier Macedo, Henrique Jäger e Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça. O Conselho de Administração decidiu aprovar a eleição das pessoas a seguir qualificadas, para cumprirem o mandato 2012/2013, nos seguintes Comitês, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: Comitê de Remuneração Coordenador: EGÍDIO OTMAR AMES, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 257.146.780-87, portador da Carteira de Identidade nº 200635.400-1, expedida em 11.01.2012 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Endeço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Membro: ALDEMIR BENDINE, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 043.980.408-62, portador da Carteira de Identidade nº 10.126.451, expedida em 28.04.1976 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endeço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Membro: HENRIQUE JÄGER, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF sob o nº 831.180.477-04, portador da Carteira de Identidade nº 17.295-2, expedida em 24.06.1988 pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro. Endeço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Membro: SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF sob o nº 001.338.128-80, portador da Carteira de Identidade nº 7.226.617-X expedida em 11.11.2003 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endeço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Comitê de Auditoria indicado pelos Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários, na forma do artigo 33, inciso I, do Estatuto Social: Membro: HENRIQUE JÄGER, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF sob o nº 831.180.477-04, portador da Carteira de Identidade nº 17.295-2, expedida em 24.06.1988 pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro. Endeço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Indicados pelos Conselheiros de Administração representantes da União, na forma do artigo 33, inciso II, do Estatuto Social: Membro: ANTONIO CARLOS CORRÊIA, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 339.336.937-72, portador da Carteira de Identidade nº 3.146.674, expedida em 06.04.2010 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endeço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Membro: EGÍDIO OTMAR AMES, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 257.146.780-87, portador da Carteira de Identidade nº 200635.400-1, expedida em 11.01.2012 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Endeço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF). O Sr. Egídio Otmar Ames atuará como Coordenador do Comitê de Auditoria até a eleição do quarto membro do Colegiado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.) Nelson Henrique Barbosa Filho, Aldemir Bendine, Adriana Queiroz de Carvalho, Bernardo Gouthier Macedo, Henrique

Jäger e Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO Nº 27 PAGS 38 E 39. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro-DEORF - 2.130.787-3 - Clissa Maira Xavier - Analista. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 30.11.2012 sob o número 20120928973 - Luiz Fernando P. de Figueiredo - Secretário-Geral.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES
COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Nº 12.727 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. PATRICK SCHECHTMANN, C.P.F. nº 302.081.618-13, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.728 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. MARCIO PINTO FERREIRA, C.P.F. nº 196.511.198-02, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.729 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. PATRÍCIO ISAIAS LOBOS BELMAR, C.P.F. nº 140.195.518-55, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.730 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a APOEMA CAPITAL PARTNERS - GESTÃO DE RECURSOS LTDA., C.N.P.J. nº 15.754.487, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.731 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a GEF BRASIL INVESTIMENTOS LTDA., C.N.P.J. nº 16.712.461, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.732 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. LUCIANO LEMES, C.P.F. nº 030.151.216-77, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

Nº 12.733 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO LTDA., C.N.P.J. nº 14.261.603, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DE CANDIOTA

Atesto para os devidos fins de direito, que a Empresa Referência Gestão e Risco Ltda, com sede na Av. Getúlio Vargas, 1151 | Sala 1611 | Menino Deus | Porto Alegre | 51 3207.8059, inscrita no CNPJ: 14.261.603/0001-51, presta serviços mensais de CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS, FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE RECURSOS ONLINE ao *Fundo Municipal de Previdência do Município de Candiota*:

- Elaboração semanal de Boletim Econômico;
- Elaboração mensal do relatório com a composição da carteira de investimentos do RPPS nos termos da Resolução nº 4.963/2021;
- Elaboração mensal do Resultado da Carteira de Investimentos do RPPS versus a meta da Política de investimentos;
- Elaboração mensal do relatório de enquadramento conforme Legislação 4.963/2021;
- Elaboração da Política de Investimentos do exercício;
- Auxílio na elaboração dos relatórios DAIR e DPIN;
- Análise de Fundos de Investimentos conforme Legislação vigente;
- Análise mensal do Cenário Econômico;
- Auxílio na elaboração dos Credenciamento das Instituições Financeiras;
- Software de Gestão de Recursos Online, monitoramento das aplicações, rentabilidade diária, composição da carteira, análise de risco, comparativo de fundos, relatório meta.

Atesto que não foi constatado nada que desabone a conduta técnica da empresa Referência Gestão e Risco Ltda e seus consultores.

Fundo Municipal de Previdência do Município de Candiota

CNPJ: 94.702818/0002-80

Rua Ulisses Guimarães - 250

Email:everaldo@candiota.rs.gov.br

Candiota, 07 de abril de 2025.


Everaldo Lima Gonçalves
Presidente do RPPS



**Governo do Município de Sananduva
Estado do Rio Grande do Sul**

ATESTADO N° 005/2025

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

ATESTO, por ser do meu conhecimento e para os fins que se fizerem necessários, a requerimento da parte interessada, protocolado na data de 24 de janeiro de 2024, sob o n° 00213/2025, que a empresa **Referência Gestão e Risco Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n° 14.261.603/0001-51, com sede na Av. Getúlio Vargas, 1151, sala 1611, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre-RS, presta serviços de forma mensal de **CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS, FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE RECURSOS ONLINE** ao **RPPS DO MUNICÍPIO DE SANANDUVA**, CNPJ n° 14.374.282/0001-00, com endereço na Av. Fiorentino Bacchi, n° 673, Bairro Centro, e-mail administrativo@sananduva.rs.gov.br, telefone (54) 99669 0941, tendo com Presidente do Conselho de Administração a servidora Angela Cristina Grégio, compreendendo:

1. Elaboração semanal de Boletim Econômico;
2. Elaboração mensal do Relatório com a Composição da Carteira de Investimentos do RPPS, nos termos da Resolução n° 4.963/2021;
3. Elaboração mensal do Resultado da Carteira de Investimentos do RPPS versus a meta da Política de Investimentos;
4. Elaboração mensal do Relatório de Enquadramento conforme Resolução n° 4.963/2021;
5. Elaboração da Política de Investimentos do exercício;
6. Auxílio na elaboração dos relatórios DAIR e DPIN;
7. Análise de Fundos de Investimentos conforme dispõe a Legislação vigente;
8. Análise mensal do Cenário Econômico;
9. Auxílio na elaboração dos Credenciamentos das Instituições Financeiras;
10. Software de Gestão de Recursos Online, monitoramento das aplicações, rentabilidade diária, composição de carteira, análise de risco, comparativo de fundos e relatório meta.

ATESTO, outrossim, que, nessas condições, a empresa **Referência Gestão e Risco Ltda**, vem atendendo a todos os requisitos contratuais junto ao **RPPS DO MUNICÍPIO DE SANANDUVA**, tanto em relação à qualidade como em relação à pontualidade dos serviços, não havendo, até a presente data, registro de quaisquer atos que possam desaboná-la.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANANDUVA,
28 DE JANEIRO DE 2025.


CLAITON EDU MONTEIRO DE AGUIAR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

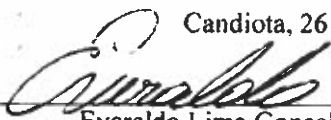
ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA E OPERACIONAL

Atestamos para os devidos fins de direito, que a Empresa Referência Gestão e Risco Ltda., com sede na Av. Padre Cacique, 320 – 2º andar – Bloco A, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ: 14.261.603/0001-51, presta serviços mensais de Consultoria na área de investimentos e disponibilização de software de gestão de recursos online ao RPPS do Município de Candiota-RS.

- Elaboração semanal de Boletim Econômico;
- Elaboração mensal do relatório com a composição da carteira de investimentos do RPPS nos termos da Resolução nº 4.695/2018;
- Elaboração mensal do Resultado da Carteira de Investimentos do RPPS versus a Meta Atuarial;
- Elaboração mensal do relatório de enquadramento conforme Legislação 3922/2010 e suas alterações;
- Elaboração mensal do relatório APR;
- Elaboração da Política de Investimentos do exercício;
- Auxílio na elaboração dos relatórios DAIR e DPIN;
- Análise de Fundos de Investimentos conforme Legislação 3922/2010 e suas alterações;
- Análise mensal do Cenário Econômico;
- Auxílio no Credenciamento das Instituições Financeiras;
- Software de Gestão de Recursos Online;
- Suporte na manutenção e renovação do CRP.

Atestamos que não foi constatado nada que desabone a conduta técnica da empresa Referência Gestão e Risco Ltda. e seus consultores.

Candiota, 26 de agosto de 2019.


Everaldo Lima Gonçalves
Presidente do CMP
CPF 538 154 670 04



HISTÓRIA DA EMPRESA

Fundada em 2011, a Consultoria Referência é uma empresa especializada na consultoria de Investimentos e Previdenciária, credenciada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - pioneira no estado do RS - e CORECON (Conselho Regional de Economia). Oferece serviços exclusivos e diferenciados, agregando aos seus clientes segurança, agilidade, transparência e conhecimento.

Visando o aprimoramento de seus serviços, em 2016 foi desenvolvido e implementado o SGI, um sistema online de acompanhamento da Carteira de Investimentos do RPPS. Com isso, tornou-se uma das maiores empresas de consultoria de Investimentos do Brasil. Possuindo experiência comprovada e reconhecimento dos serviços prestados perante o TCE- RS, SPREV e das gerências regionais dos principais Bancos.

E em 2024, a Referência Educação foi fundada visando o aperfeiçoamento dos cursos já prestados pelas outras duas empresas do grupo.



HISTÓRIA DA EMPRESA

O grupo Referência é totalmente independente, não distribui fundos e não pertence a nenhum grupo de instituição financeira, zelando sempre pelo patrimônio dos clientes. Atualmente em seu portfólio contabiliza mais de 223 clientes com assessoramento mensal e exclusivo.

RELAÇÃO DE PARCERIA E TRANSPARÊNCIA NA TROCA DE INFORMAÇÕES COM OS GESTORES PÚBLICOS.



MISSÃO

Contribuir para desenvolver habilidades e competências para a gestão pública através da excelência na prestação de assessoria, minimizando riscos e aumentando a efetividade da gestão dos nossos clientes.

VISÃO

Ser referência para orientação dos entes públicos e privados, preservando uma relação de confiança, transparência e duradoura com nossos clientes.

VALORES

- Ética
- Transparência
- Resultados
- Trabalho em equipe
- Comprometimento
- Empreendedorismo e Inovação



EQUIPE

Formada por especialistas de larga experiência nas áreas de Gestão Financeira, Economia e Administração. Possui equipe qualificada, eficiente e comprometida em superar a expectativa dos clientes. Atua com seriedade, transparência, respeito e preza pela qualidade do atendimento.

Nossos técnicos estão diariamente acompanhando o mercado financeiro, as tendências e perspectivas macroeconômicas com o objetivo de proporcionar soluções de retorno para os RPPS.



SÓCIOS

JOÃO ENNES



Graduado em Administração de empresas pela PUCRS. Consultor oficial na CVM. Atua há mais de 10 (dez) anos no Mercado Financeiro (Bancos: CEF e HSBC). Possui Pós-graduação em Finanças Empresariais pela FGV. Curso administrado ABIPEM/FGV. Análise dos Demonstrativos Econômicos-Financeiros WorkPlan. Simpósio – “Cenário Econômico Mundial e Brasileiro e seus efeitos sobre IMA e a Gestão de Investimentos dos RPPS”. Análise Técnica e Fundamentalista para renda Variável (pela XP) e curso técnico em Contabilidade.

NURIA BROLL



Formada em Administração de empresas pela FARGS. Atua há mais de 15 (quinze) anos no Mercado Financeiro (Bancos: Banrisul, Real e Santander). Possui MBA em Economia, Mercado e Finanças em andamento. Certificada CGRPPS. Cursos: Autorregulação Bancária; Política de Investimentos; Compliance; complementar em Prevenção a Lavagem de Dinheiro; complementar de Fraude Bancária; complementar de Riscos Operacionais Bancários. Simpósio – “Cenário Econômico Mundial e Brasileiro e seus efeitos sobre IMA e a Gestão de Investimentos dos RPPS”. Certificação CP RPPS CGINV I pelo Instituto Totum.



EQUIPE TÉCNICA

LEANDRO CAVALI

Formado em Ciências Econômicas pela Unilasalle (2014). Registrado no CORECON/RS nº 8186. Economista da Consultoria Referência desde 2014. Cursos: Aprenda a Investir na Bolsa – Xp Investimentos (2013); História das Ideias Econômicas – UFRGS (2018); Economia para Investidores – EAD -Paulo Gala (2018). Consultor oficial na CVM.

LISIELE MARQUIL

Graduada em Ciências Econômicas pela Unilasalle (2023) e técnica em Administração pela Escolas e Faculdades QI (2016). Possui CPA-20 - ANBIMA (2023 - 2026). Está cursando Pós-graduação em Mercado Financeiro e Banking e MBA em Finanças e Política Fiscal, ambas pela Unilasalle. Cursos: Previdência e Seguros – GBOEX (2021); Gestão Financeira – Unilasalle (2022).



EQUIPE TÉCNICA

VANESSA TOURINHO

Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela PUCRS, onde também adquiriu o título de Mestre em História Política e Relações Internacionais (CAPES 6). Está cursando graduação em Ciências Econômicas pela PUCRS, previsão de formatura 2024. Atua como analista financeiro na Consultoria Referência desde 2018, com ênfase em análise de extratos e elaboração de relatórios.

GABRIELLE ESPÍNDOLA

Graduada em Gestão Financeira pela FADERGS - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Atua desde 2012 na área financeira, com cursos de extensão em Finanças Públicas e Licitações pelo IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Atua, desde 2018, como analista financeiro realizando a elaboração e análise de relatórios e alimentação do sistema SGI da Consultoria Referência.





EQUIPE ADMINISTRATIVA

CAMILLAH SARTORI

Formada pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) no Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria (2014) e pelo IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul) no Curso Técnico em Contabilidade – Eixo Tecnológico Gestão e Negócios (2016). Possui Especialização em Controladoria, Perícia e Auditoria Econômico Financeira pela Faculdade SENAC Porto Alegre (2018) e MBA em Inteligência Financeira pela Universidade Positivo (2019). Atua há mais de 10 (dez) anos na área financeira, controladoria e departamento pessoal. Iniciou sua carreira como aprendiz na Caixa Econômica Federal, onde permaneceu por 2 anos. Integrou a equipe administrativa-financeira no Hotel Mercure Manhattan da rede Mercure/Accor de Hotéis durante 3 anos, onde também foi membro do Comitê de Clima Organizacional. Há 8 anos administra o setor financeiro/departamento pessoal da empresa Referência.



EQUIPE ADMINISTRATIVA

FRANCIELLI OLIVEIRA

Graduada em Ciências Contábeis pelo IERGS - Instituto Educacional do Rio Grande do Sul (2020). Está cursando Graduação em Ciência Política pelo mesmo Instituto, previsão de formatura em 2025. Possui curso Técnico em Gestão Empresarial pela Escola Estadual Engenheiro Ildo Meneghetti. Cursos complementares: Inteligência Profissional (PUC/RS); Educação Financeira; Economia Colaborativa e Políticas Públicas (UFRGS). Iniciou sua carreira como estagiária na Caixa Econômica Federal, onde permaneceu por 2 anos. Atuou durante 5 anos no Instituto Pobres Servos da Divina Providência (IPSDP) na prestação de contas junto à Secretaria Municipal de Educação - SMED e Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC. Integra a equipe administrativo financeira da Consultoria Referência desde 2019.



EQUIPE DEMONSTRATIVOS

CASSIA QUINTANA

Bacharel em Administração pela FADERGS - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (2019). Atua no preenchimento dos demonstrativos obrigatórios desde 2018 pela Referência Consultoria.



EQUIPE COMERCIAL

MARIA JAQUELINE

Com mais de 30 anos de experiência na área comercial, onde atuou em empresas como Coobrastur Turismo, Centaurus, Zero Hora, Telecom, Caixa Econômica Federal - CEF e NET. Integra a equipe Referência desde 2020 auxiliando na negociação e renovação de contratos junto aos entes públicos.



EQUIPE JURÍDICA

DANIELLI BARBOSA

Formada em Direito pela PUCRS (2012) - OAB/RS 99.380. Possui pós graduação em Advocacia Previdenciária: Nova Previdência - EBRADI, Direito Público e Gestão Governamental - DAMASIO e Advocacia em Regimes Próprios de Previdência Social - ESMAFE/PR. Consultora jurídica em matéria previdenciária para RPPS e RGPS. Atua auxiliando na elaboração das reformas previdenciárias e administrativas dos entes municipais. Advogou na defesa de instituições de previdência complementar. Membro do grupo de estudos de Direito Previdenciário da OAB/RS. Atua como Consultora Jurídica em mais de 15 municípios.



NOSSOS SERVIÇOS

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

O serviço de consultoria em investimentos voltado aos RPPS tem como objetivo proporcionar aos representantes legais (gestores, presidentes e membros dos conselhos e de comitês de investimentos), suporte técnico qualificado para acompanhar e auxiliar na gestão de investimentos da carteira do RPPS de forma eficaz e com maior segurança.

Nossa consultoria elabora relatórios SEMANAIS, MENSIS, BIMESTRAIS, TRIMESTRAIS, SEMESTRAIS e ANUAL contribuindo e auxiliando para o cumprimento da meta atuarial e a boa gestão pública.



NOSSOS SERVIÇOS

SISTEMA SGI

O SGI é um Sistema Online de acompanhamento diário dos ativos financeiros, onde o gestor poderá analisar diariamente os fundos que compõem a sua Carteira de Investimentos, as rentabilidades individuais dos ativos e emitir relatórios exclusivos e personalizados para o RPPS. O sistema possui em sua base de dados um amplo portfólio de Fundos de Investimentos para consulta por parte do Gestor, do Comitê de Investimentos e dos Conselhos.

A disponibilização do sistema SGI está inclusa no serviço de Consultoria de Investimentos. Sistema de autoria própria, possui a marca "SGI" registrada no INPI



NOSSOS SERVIÇOS

CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA

Nossa consultoria previdenciária tem como objetivo DETECTAR, ANALISAR E OFERECER soluções aos RPPS e Prefeituras Municipais.

O suporte técnico administrativo e jurídico engloba a análise da legislação municipal, propondo alterações que se fizerem necessárias, com o objetivo de manter a legislação atualizada na parte da estrutura de gestão e benefícios. E, emite pareceres referente a dúvidas na área jurídica - aposentadorias previdenciárias.





NOSSOS SERVIÇOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos do RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Este serviço inclui a análise técnica para elaboração da minuta base da PI e de estratégias diante das tendências e perspectivas do cenário econômico do próximo exercício, observando as normas vigentes, e posterior envio do DPIN.



NOSSOS SERVIÇOS

ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT

Asset Liability Management (ALM) é a elaboração de estudos de gerenciamento de ativos a partir de modelos matemáticos de gestão de ativos e passivos, e das taxas de juros do passivo, visando a otimização das carteiras de investimento do RPPS.

O objetivo dessa prática é garantir a rentabilidade dos Investidores em diferentes cenários e capacitá-los para tomarem decisões mais assertivas, o que garante maior probabilidade de sucesso.

Aos RPPS que estão buscando o NÍVEL II do PRÓ-GESTÃO o ALM é item obrigatório.



NOSSOS SERVIÇOS

CURSOS E TREINAMENTOS

Diante da constante atualização de normas e dos membros integrantes dos RPPS, nossa empresa realiza, com frequência, cursos e treinamentos que visam capacitar gestores e conselheiros diretamente ligados à gestão dos recursos financeiros e previdenciários.

Nossos cursos são oferecidos nas modalidades presencial e online.

Consulte o calendário.



INDICADORES

CLIENTES

Atualmente, com assessoramento mensal, conta com 223 clientes em seu portfólio, sendo esses distribuídos entre RS, SC, PR, RJ, AM e CE.

CREDENCIAIS



EMPRESAS DO GRUPO

REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO

CNPJ 14.261.603/0001-51

REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO

CNPJ 18.606.894/0001-98

REFERÊNCIA EDUCAÇÃO

CNPJ 54.347.170/0001-76



ÚLTIMOS TREINAMENTOS

JUNHO/24



JUNHO/24



ÚLTIMOS TREINAMENTOS

ABRIL/24



MARÇO/24



ÚLTIMOS TREINAMENTOS

FEVEREIRO/24
ONLINE



FEVEREIRO/24





NA MÍDIA



Matéria completa em: <https://comunicacaodinhocera.rs.gov.br/site/noticias/administracao/22692-reuniao-sobre-o-rpps>

REFERÊNCIA

NA MÍDIA



Matéria completa em: <https://www.spoelapontopara.rs.gov.br/site/noticias/opa/44443-representantes-de-16-municipios-participam-do-2-simposio-da-previdencia-publica-durante-o-25o-casas-liaz-rpps>

REFERÊNCIA

NA MÍDIA

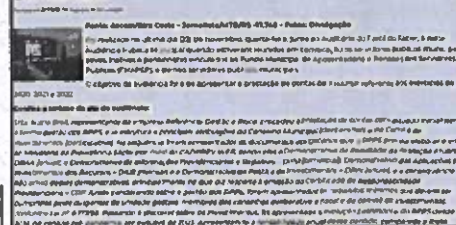


Matéria completa em: <https://comunicacaodinhocera.rs.gov.br/site/noticias/opa/44443-representantes-de-16-municipios-participam-do-2-simposio-da-previdencia-publica-durante-o-25o-casas-liaz-rpps>

REFERÊNCIA

NA MÍDIA

Servidores públicos municipais participam de audiência de prestação de contas do triênio 2020 a 2022 do fundo municipal de servidores



Matéria completa em: https://www.marienaplaneta.rs.gov.br/noticias-ver.php?id_noticia=7848

REFERÊNCIA

NA MÍDIA

Conselho Municipal de Previdência de Mariana Pimentel apresenta resultados junto ao Regime Próprio de Previdência Social

Ponte: Alexandre Costa - Jornalista/MTB/RB -17.748 - Foto: Beto Costa

Na tarde da última terça-feira (26), foi realizada na Câmara de Vereadores do município de Mariana Pimentel a reunião do Conselho Municipal de Previdência.

Presenças os membros do conselho, membros do Comitê de Investimentos, representantes da Prefeitura Municipal e da Prefeitura de Mariana Pimentel.

Na oportunidade foi apresentado o histórico do RPPS no período da pandemia e a situação atual do fundo.

Segundo a gestão, o RPPS de Mariana Pimentel no cenário pré-pandemia, junho de 2019, tinha um patrimônio líquido de R\$ 4 milhões de reais, fechando o exercício em mais de R\$ 5 milhões, o 300 mil reais, obtendo um rendimento superior a R\$ 430 mil reais. Nas três anos de pandemia (2020-2021-2022) o RPPS obteve mais de R\$ 1 milhão e 300 mil reais em rendimentos, fechando dezembro de 2022 com PL de quase R\$ 12 milhões de reais. Durante o período da pandemia não houve perda de capital do RPPS. Em maio de 2023 o RPPS está homologado à nova política de investimentos em 100%, obtendo um rendimento até junho de R\$ 790.961,90, fechando um patrimônio de R\$ 11.033.562,21, evidenciando boa gestão. Segundo, Branco de Almeida, Carlos e Gabriela, todos as aplicações seguem a Resolução CMN 4/96/2027.

Matéria completa em: https://marionapimentel.rs.gov.br/noticias_ver.php?id_noticia=1621



NA MÍDIA

GESTÃO DO RPPS PARTICIPA DE EVENTO PREVIDENCIÁRIO



Na tarde desta terça-feira (26) ocorreu o 10º Encontro Municipal de Gestão de Recursos Humanos, que teve como tema: "Gestão de Recursos Humanos e o Futuro do Trabalho". O evento foi realizado na Câmara de Vereadores de Mariana Pimentel, com a presença de representantes da Prefeitura Municipal e da Prefeitura de Mariana Pimentel.

O encontro foi conduzido pelo Sr. Paulo Roberto Gomes, Presidente do Conselho Municipal de Previdência, e teve como objetivo discutir as melhores práticas de gestão de recursos humanos e o futuro do trabalho.

Foram abordados temas como: a importância da gestão de recursos humanos para o desenvolvimento econômico, a necessidade de qualificação profissional, a importância da diversidade e da inclusão, e a importância da gestão de talentos.

O evento contou com a participação de representantes de diversas empresas locais, além de representantes da Prefeitura Municipal e da Prefeitura de Mariana Pimentel.

Matéria completa em: https://marionapimentel.rs.gov.br/noticias_ver.php?id_noticia=1621





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO ALEGRE / RS**

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

RPS Nº: 6379

Série: SN

Emitido em: 28/04/2025

**Número NFS-e
202500000000843**

**Data e Hora de Emissão
28/04/2025 08:47:33**

**Código de Verificação
57f873cb**

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CNPJ / CPF: 14.261.603/0001-51 **Inscrição Municipal:** 54311020
Nome/Razão Social: REFERENCIA GESTAO E RISCO LTDA
Endereço: RUA GETULIO VARGAS 1151 CONJ 1611 , MENINO DEUS
Município: PORTO ALEGRE
Fone: (51) 3207-8059 **E-mail:** financeiro@referencia.poa.br

Inscrição Estadual:

UF: RS

CEP: 90150-005

TOMADOR DE SERVIÇOS

CNPJ / CPF: 87.612.867/0001-86
Nome/Razão Social: MUNICIPIO DE BOA VISTA DO BURICA
Endereço: TRES PASSOS 271 CENTRO
Município: Boa Vista do Buricá
Fone: (55) 3538-1155

Inscrição Municipal:

Inscrição Estadual:

UF:RS CEP: 98918-000

PAÍS: Brasil

E-mail: eloizafranci@gmail.com

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestacao de servico tecnico de consultoria de investimentos.

Análise da carteira;

Entrega de relatório;

Suporte técnico;

DADOS BANCARIOS:

AGENCIA: 0015

CONTA CORRENTE: 06.065874.0-1

BANCO BANRISUL: 041

CPF: 4.261.603/0001-51 (CNPJ)

PAGAMENTO: PREPAGO AO MES DE ABRIL/2025

VENCIMENTO EM: 05/05/2025

VALOR TOTAL DA NFS-e = R\$ 1.450,00

RETENÇÕES FEDERAIS

	INSS	IRRF	CSLL	COFINS	PIS	Ret. Federais	Outras Retenções
Valor	R\$ 0,00	R\$ 69,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Atividade: 1720 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

Cód. Trib. Municipal: 172000100 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira

CNAE: 6612605 - Agentes de investimentos em aplicações financeiras

Valor Serviço	Desc. Cond.	Desc. Incond.	Deduções	Base de Cálculo	Aliq. ISS (%)	Valor ISS	ISSQN Retido	Valor Líquido	ISS Retido
R\$ 1.450,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.450,00	5,0000	R\$ 72,50	R\$ 0,00	R\$ 1.380,40	NÃO

TRIBUTAÇÃO DE ISSQN

Competência: 28/04/2025

Regime Especial de Tributação:

ISS Retido: NÃO

Natureza da Operação: 1 - Tributação no município

Optante Simples: NÃO

Local de Prestação: Porto Alegre / RS

Incentivador Cultural: NÃO

Município de Incidência: PORTO ALEGRE / RS

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Esta NFS-e foi emitida através do RPS N° 6379 série SN, emitido em 28/04/25.

- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo tomador dos serviços.

- A autenticidade desta nota poderá ser verificada no site, com utilização do código de verificação.

Trib aprox R\$: 185,66 Federal, R\$: 0,00 Estadual e R\$: 63,64 Municipal Fonte: IBPT/empresometro.com.br F11483



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá
Terra de Empreendedores
Setor de Licitações

CONTRATO SetCom/084/2024

CONTRATO PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO BURICÁ/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.612.867/0001-86 com sede administrativa na Avenida Três Passos, nº 271, Centro, nesta cidade de Boa Vista do Buricá/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **JOAO RUDINEI SEHNEM**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 941.136.020-34 e do RG nº 1071381964, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 14.261.603/0001-51, localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 1151, Conjunto 1611, bairro Menino Deus, Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, representada neste ato pelo seu Sócio administrador, Senhor **JOÃO CARLOS ENNES DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 6041191311, inscrito no CPF sob o nº 676.166.230-34, têm entre si ajustadas e contratadas e de acordo com o Processo de Inexigibilidade nº 009/2024, fundamentado no Artigo 74, inciso III, alínea C, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas devidas alterações, de comum acordo acordam as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de consultoria de investimentos dos recursos financeiros, consultoria técnica de assessoria em relação ao mercado financeiro, Assessoria Previdenciária e sistema online de investimentos (SGI) para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município De Boa Vista Do Buricá, conforme proposta apresentada no processo de Inexigibilidade de Licitação 009/2024, prevendo o seguinte:

1.2 DA PLATAFORMA ONLINE- SGI

- * Emissão do Relatório de Enquadramento das aplicações nos segmentos e artigos da Resolução 4.963/2021 com eventuais alertas de desenquadramento;
- * Emissão do relatório Enquadramento das Aplicações em relação à Política de Investimentos do Exercício;
- * Consulta a enquadramentos e informações necessárias de Fundos de Investimentos disponíveis aos RPPS;
- * Emissão do relatório Resultado da Carteira de Investimentos do RPPS *versus* a Meta Atuarial;
- * Emissão do relatório Rentabilidade Mensal Consolidada das Aplicações do RPPS, comparando a rentabilidade acumulada do período *versus* a meta da política de investimentos do RPPS;
- * Geração automática das Autorizações de Aplicações e Resgate (APRs) a cada movimentação, conforme exigido pelo Ministério da Previdência;
- * Elaboração de comparativos com as principais informações necessárias sobre os ativos, histórico dos últimos 24 meses;
- * Emissão do Relatório Cotista, comparação de até 03 fundos ao mesmo tempo, em um certo período, sendo 15 ou 30 dias anteriores, separados por PL total do fundo de investimentos, o valor da Cota e a quantidade de cotistas nos fundos escolhidos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá
Terra de Empreendedores
Setor de Licitações

- * Emissão do Relatório Dinâmico, rentabilidade acumulada da carteira de investimentos do RPPS *versus* a Meta da Política de Investimentos no período, distribuição por Instituição Financeira, por Fundos de Investimentos e por *Benchmark* que compõem a carteira de investimentos, bem como evolução patrimonial do RPPS;
- * Emissão do Relatório de Risco utilizando a medida VaR (gerenciamento do risco financeiro), medindo o risco de mercado da carteira de investimentos do RPPS, bem como a análise do VaR de outros fundos de investimentos;
- * Posição diária da carteira de investimentos conforme registro e atualização CVM, contendo a rentabilidade, evolução patrimonial e distribuição de recursos por Instituição Financeira;
- * Rentabilidade em Reais da carteira de Investimentos do RPPS por fundo e período;
- * Geração do DAIR (Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos): Disponível, mensalmente, em PDF, as informações contidas neste relatório são as necessárias e obrigatórias no preenchimento do DAIR no CADPREV, otimizando o tempo na procura de informações;
- * Elaboração de Comparativo por *Benchmark*, o relatório comparativo por *Benchmark* é um *ranking* dos 10 melhores fundos credenciados na CVM de acordo com sua rentabilidade acumulada no ano por um determinado *Benchmark*. Além de apresentar sua carência, taxa administrativa, aplicação mínima e rentabilidade do mês.

1.3. ASSESSORIA TÉCNICA PREVIDENCIÁRIA

- * Auxiliar na análise da legislação municipal referentes ao RPPS, propondo as alterações que se fizerem necessárias, com o objetivo de manter a legislação atualizada na parte da estrutura de gestão, benefícios.
- * Emissão de pareceres referente a dúvidas na área jurídica – aposentadorias previdenciárias, num prazo não superior a 10 (dez) dias. Limitado a 4 pareceres mensais.
- * Reuniões online a combinar;

1.4. DEMAIS SERVIÇOS

- * Assessorar por telefone ou e-mail na elaboração de demonstrativos e relatórios diversos, no preenchimento de formulários, bem como auxiliando na interpretação de normas pertinentes á investimentos;
- * Assessorar eventuais auditorias do TCE e SPREV em relação aos investimentos, bem como, nos demonstrativos DAIR/DPIN
- * Assessorar o contratante a adotar todas as providências necessárias no tocante à área de investimentos para assegurar a renovação do CRP;
- * Assessorar por telefone e e-mail previamente ao acontecimento de Assembleias de Fundos de Investimentos através de análise da pauta proposta na convocação da Assembleia e histórico do RPPS;
- * Suporte/ auxílio nos sistemas GESCON e CADPREV;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133/2021, desde que acordado entre a Contratada e o RPPS de Boa Vista do Buricá.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá
Terra de Empreendedores
Setor de Licitações

2.2. Em caso de renovação da vigência do contrato, os valores serão reajustados pela variação do IPCA do período.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE ENTREGA

3.1. Os serviços serão prestados de forma contínua, conforme prevista na proposta apresentada no processo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. A CONTRATADA deverá:

- a) Realizar a entrega do objeto, conforme o modo e tempo convencionado;
- b) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes do contrato;
- c) Se responsabilizar pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, na execução deste Contrato;
- d) Apresentar sempre que solicitado pela Contratante, documentação comprovando a regularidade fiscal.
- e) Após emissão da Nota Fiscal, enviar via e-mail a CONTRATANTE.

4.2. A CONTRATANTE deverá:

- a) Pagar pontualmente a CONTRATADA pela execução do contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. Pela execução do objeto descrito na Subcláusula 1.1, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R\$ 1.450,00** mensais, totalizando **R\$ 17.400,00** (dezessete mil e quatrocentos reais) para o período de 12 (doze) meses.

5.2. O pagamento será efetuado mediante declaração dos serviços prestados, expedida pela Secretaria responsável pela fiscalização, num prazo máximo de 20 (quinze) dias, contados a partir da data apresentação da Nota Fiscal.

5.3. No corpo da Nota Fiscal deverão constar o valor do Imposto de Renda a ser retido e as seguintes informações complementares: Inexigibilidade de Licitação 009/2024– Homologação 22/07/2024 – Contrato SetCom 084/2024.

5.4. A critério do CONTRATANTE poderão ser descontadas dos valores devidos, as quantias necessárias para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

5.5. O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no que se refere às condições de habilitação e qualificação exigidas para participar do certame licitatório.

5.6. A CONTRATADA não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio e/ou compensação no pagamento a que fizer jus.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão a cargo dos créditos abertos através das seguintes dotações orçamentárias:

2.090 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE GESTORA DO RPPS
0983 - 3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá
Terra de Empreendedores
Setor de Licitações

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Fiscalizar a entrega dos materiais, através da Servidora Eloiza Franciele Lasta, nomeada pela Portaria nº 032/2021, aplicando as penalidades legais e contratuais cabíveis às hipóteses de descumprimento parcial ou total do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo CONTRATANTE através de servidor da Secretaria, a qual emitirá o termo de aceite do objeto, após a conferência para verificar se o mesmo está em conformidade com as especificações técnicas propostas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Pelo inadimplemento das obrigações, a CONTRATADA, conforme a infração, estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- b) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- c) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante do contrato;
- d) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- e) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO

10.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

10.2. A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidos no instrumento convocatório da licitação e na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com todas as especificações previstas no orçamento proposto, ainda que não estejam expressamente transcritos neste instrumento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá
Terra de Empreendedores
Setor de Licitações

11.2. Os casos omissos serão analisados e solucionados à luz da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Para dirimir as questões oriundas do presente CONTRATO ou de sua execução, as partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Três de Maio/RS.

E, por estarem justas e acertadas, assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Boa Vista do Buricá/RS, 22 de julho de 2024.

JOAO CARLOS

ENNES DA

SILVA:676166230

34

REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO LTDA
CONTRATADA

Assinado de forma digital
por JOAO CARLOS ENNES
DA SILVA:67616623034
Dados: 2024.07.22
12:26:18 -03'00'

JOÃO RUDINEI SEHNEM
CONTRATANTE

Eloiza Franciele Lasta
Fiscal do Contrato Port. 032/2021

TESTEMUNHAS: _____
CPF: _____

CPF: _____

CERTIDÃO DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a empresa Referência Gestão e Risco é uma empresa de natureza singular, ou seja, que os serviços prestados são oferecidos em caráter exclusivo, não sendo possível sua equiparação no mercado por meio de preço, por questões de variáveis intangíveis como credibilidade e competência da empresa, proporcionando ao cliente um resultado incomparável no mercado.

1. JUSTIFICATIVA

A REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO foi fundada em 2011 e é uma empresa especializada na consultoria de Investimentos e Consultoria Previdenciária, credenciada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - pioneira no estado do RS - e CORECON (Conselho Regional de Economia). Oferece serviços exclusivos e diferenciados, agregando aos seus clientes segurança, agilidade, transparência e conhecimento.

Visando o aprimoramento de seus serviços, em 2016 foi desenvolvido e implementado o SGI, um sistema online de acompanhamento da Carteira de Investimentos do RPPS. Com isso, tornou-se uma das maiores empresas de consultoria de investimentos do Brasil. Possuindo experiência comprovada e reconhecimento dos serviços prestados perante o TCE- RS, SPREV e das gerências regionais dos principais Bancos.

A Referência Gestão e Risco é totalmente independente, não distribui fundos e não pertence a nenhum grupo de instituição financeira, zelando sempre pelo patrimônio dos clientes. Atualmente em seu portfólio contabiliza mais de 223 clientes com assessoramento mensal e exclusivo.

Dentro dos serviços prestados, auxilia seus clientes nos seguintes assuntos:

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS:

- Envio Semanal do Boletim Econômico e balanço da semana anterior;
- Envio mensal do relatório: Conjuntura Econômica Internacional e Doméstica e as Expectativas do Mercado Financeiro/ Indicadores Econômicos, com parecer econômico sobre a renda fixa e renda variável (relativo ao mês anterior);
- Envio mensal do relatório com a composição da carteira de investimentos do RPPS nos termos da Resolução nº 4.963/2021, desempenho da carteira de investimentos informando a rentabilidade real e consolidada (mensal e acumulada no período), demonstrando a evolução do Patrimônio



em Reais e percentualmente, resultado da carteira de investimentos do RPPS versus a META ATUARIAL e a palavra do Economista sobre a carteira do RPPS;

- Envio mensal do relatório: Resultado da Carteira de Investimentos do RPPS versus a Meta Atuarial;

- Envio mensal do relatório: Enquadramento das Aplicações em relação à Resolução nº 4.963/2021;

- Elaboração mensal do relatório DAIR ONLINE NO CADPREV;

- Elaboração da Política de Investimentos do exercício (envio de minuta base da Consultoria para o ano corrente);

- Elaboração anual do DPIN ONLINE NO CADPREV;

- Realização de estratégia de proteção da Carteira de Investimentos, baseado na busca da melhor relação Risco X Retorno X Meta Atuarial;

- Relatório de Avaliação de Fundos de Investimentos Estruturados (parecer) – análise de Regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo – até 12 (doze) no ano;

- Elaboração e Auxílio no credenciamento das Instituições Financeiras;

- Reuniões online a combinar com aviso prévio de 15 dias pelas partes até (doze) no ano;

- Suporte na elaboração dos relatórios semestrais conforme o ART 129 da Portaria/MTP Nº 1.467, de 2 de junho de 2022 Controle de gestão de recursos versus PI 2024. Envio de 2 modelos de relatórios.

DA PLATAFORMA ONLINE- SGI

- Emissão do Relatório de Enquadramento das aplicações nos segmentos e artigos da Resolução 4.963/2021 com eventuais alertas de desenquadramento;

- Emissão do relatório Enquadramento das Aplicações em relação à Política de Investimentos do Exercício;

- Consulta a enquadramentos e informações necessárias de Fundos de Investimentos disponíveis aos RPPS;

- Emissão do relatório Resultado da Carteira de Investimentos do RPPS versus a Meta Atuarial;

- Emissão do relatório Rentabilidade Mensal Consolidada das Aplicações do RPPS, comparando a rentabilidade acumulada do período versus a meta da política de investimentos do RPPS;

- Geração automática das Autorizações de Aplicações e Resgate (APRs) a cada movimentação, conforme exigido pelo Ministério da Previdência;

- Elaboração de comparativos com as principais informações necessárias sobre os ativos, histórico dos últimos 24 meses;



- Emissão do Relatório Cotista, comparação de até 03 fundos ao mesmo tempo, em um certo período, sendo 15 ou 30 dias anteriores, separados por PL total do fundo de investimentos, o valor da Cota e a quantidade de cotistas nos fundos escolhidos;
- Emissão do Relatório Dinâmico, rentabilidade acumulada da carteira de investimentos do RPPS versus a Meta da Política de Investimentos no período, distribuição por Instituição Financeira, por Fundos de Investimentos e por Benchmark que compõem a carteira de investimentos, bem como evolução patrimonial do RPPS;
- Emissão do Relatório de Risco utilizando a medida VaR (gerenciamento do risco financeiro), medindo o risco de mercado da carteira de investimentos do RPPS, bem como a análise do VaR de outros fundos de investimentos;
- Posição diária da carteira de investimentos conforme registro e atualização CVM, contendo a rentabilidade, evolução patrimonial e distribuição de recursos por Instituição Financeira;
- Rentabilidade em Reais da carteira de Investimentos do RPPS por fundo e período;
- Geração do DAIR (Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos): Disponível, mensalmente, em PDF, as informações contidas neste relatório são as necessárias e obrigatórias no preenchimento do DAIR no CADPREV, otimizando o tempo na procura de informações;
- Elaboração de Comparativo por Benchmark, o relatório comparativo por Benchmark é um ranking dos 10 melhores fundos credenciados na CVM de acordo com sua rentabilidade acumulada no ano por um determinado Benchmark. Além de apresentar sua carência, taxa administrativa, aplicação mínima e rentabilidade do mês.

ASSESSORIA TÉCNICA PREVIDENCIÁRIA

- Auxiliar na análise da legislação municipal referentes ao RPPS, propondo as alterações que se fizerem necessárias, com o objetivo de manter a legislação atualizada na parte da estrutura de gestão, benefícios.
- Emissão de pareceres referente a dúvidas na área jurídica – aposentadorias previdenciárias, num prazo não superior a 10 (dez) dias. Limitado a 4 pareceres mensais.

DEMAIS SERVIÇOS:

- Assessorar por telefone ou e-mail na elaboração de demonstrativos e relatórios



diversos, no preenchimento de formulários, bem como auxiliando na interpretação de normas pertinentes á investimentos;

- Assessorar eventuais auditorias do TCE e SPREV em relação aos investimentos, bem como, nos demonstrativos DAIR/DPIN
- Assessorar o contratante a adotar todas as providências necessárias no tocante à área de investimentos para assegurar a renovação do CRP;
- Assessorar por telefone e e-mail previamente ao acontecimento de Assembleias de

Fundos de Investimentos através de análise da pauta proposta na convocação da

Assembleia e histórico do RPPS;

- Suporte/ auxílio nos sistemas GESCON e CADPREV;

2. A EMPRESA REFERÊNCIA ATUALMENTE ATENDE DIVERSOS RPPS DO BRASIL

Contribuir para desenvolver habilidades e competências para a gestão pública através da excelência na prestação de assessoria, minimizando riscos e aumentando a efetividade da gestão dos nossos clientes é a missão da empresa e reconhecidos por 223 clientes ativos em todo o país:

Dentre os clientes, destacamos alguns:

- BOA VISTA DO BURICÁ
- CANDIOTA
- SANANDUVA
- SÃO LOURENÇO DO SUL

3. PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

A Referência Gestão e Risco é formada por especialistas de larga experiência nas áreas de Gestão Financeira, Economia e Administração. Possui equipe qualificada, eficiente e comprometida em superar a expectativa dos clientes. Atua com seriedade, transparência, respeito e preza pela qualidade do atendimento.

Nossos técnicos estão diariamente acompanhando o mercado financeiro, as tendências e perspectivas macroeconômicas com o objetivo de proporcionar soluções de retorno para os RPPS, bem como estão atentos as alterações propostas pelo MPS e TCE-RS trazendo sempre a melhor solução para o RPPS.

4. DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A especialização de serviços significa a capacitação para o exercício de uma atividade com habilidades que não estão disponíveis para qualquer



profissional. A notória especialização para a prestação de serviços identifica uma capacitação maior do que a usual e comum, envolvendo uma parcela definida e delimitada do conhecimento humano.

Não basta uma habilitação genérica para o desempenho de serviços técnicos profissionais é preciso que haja habilitação específica, vinculada a determinada capacitação intelectual e material que o diferencia dos demais profissionais de maneira que individualiza e peculiariza de tal forma uma determinada situação que exclui comparações ou competições.

Sob à ótica do que versa a recentíssima da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) - Lei no 14.133/2021, em seu art. 74, III, f, verificamos que "É *inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**: (...) c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*".

Conforme narrado, nota-se que a Referência Gestão e Risco é uma empresa com vasta experiência pelos relevantes serviços prestados a outros órgãos públicos, conforme atestados de capacidade técnica apresentados.

Portanto, de acordo com a vasta experiência adquirida pelos serviços prestados a outros órgãos em que já exerceu as atividades específicas na área, conclui-se que a empresa a ser contratada exerce atividade profissional personalíssima e que atende a todas as necessidades do RPPS.

Porto Alegre, 21 de maio de 2025.

JOAO CARLOS
ENNES DA
SILVA:676166230
34

Assinado de forma digital
por JOAO CARLOS ENNES
DA SILVA:67616623034
Dados: 2025.05.21
15:22:12 -03'00'

**REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO
JOÃO CARLOS ENNES DA SILVA**

NURIA
LOPES
BROLL:0114
0499041

Assinado de forma
digital por NURIA
LOPES
BROLL:01140499041
Dados: 2025.05.21
15:21:47 -03'00'

**RESPONSÁVEL COMERCIAL
NURIA LOPES BROLL**



ATO Nº 278/2025

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICOS DE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS.

O MUNICÍPIO DE SANANDUVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.543/0001-62, com sede no Centro Administrativo Municipal Prefeito Osvaldo Pedro Camozzato, situado na Av. Fiorentino Bacchi, nº 673, Bairro Centro, Sananduva, RS, representado pelo Prefeito Sr. CLAITON EDU MONTEIRO DE AGUIAR, denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, a empresa REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1151 sala 161, Bairro Menino Deus, no Município de Porto Alegre/RS, CEP 90150-005, inscrita no CNPJ sob nº 14.261.603/0001-51, representada neste ato por JOÃO CARLOS ENNES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 676.166.230-34, denominada CONTRATADA, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2025, firmam o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, nos termos das cláusulas que seguem e que são mutuamente aceitas pelas partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a prestação de serviço técnico de consultoria em investimentos, assessoria previdenciária e sistema online de investimentos (SGI), através dos seguintes serviços:

a) CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

- I. Envio Semanal do Boletim Econômico e balanço da semana anterior;
- II. Envio mensal do relatório: Conjuntura Econômica Internacional e Doméstica e as Expectativas do Mercado Financeiro/ Indicadores Econômicos, com parecer econômico sobre a renda fixa e renda variável (relativo ao mês anterior);
- III. Envio mensal do relatório com a composição da carteira de investimentos do RPPS nos termos da Resolução nº 4.963/2021, desempenho da carteira de investimentos informando a rentabilidade real e consolidada (mensal e acumulada no período), demonstrando a evolução do Patrimônio em Reais e percentualmente, resultado da carteira de



Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

tempo, em um certo período, sendo 15 ou 30 dias anteriores, separados por PL total do fundo de investimentos, o valor da Cota e a quantidade de cotistas nos fundos escolhidos;

VIII. Emissão do Relatório Dinâmico, rentabilidade acumulada da carteira de investimentos do RPPS versus a Meta da Política de Investimentos no período, distribuição por Instituição Financeira, por Fundos de Investimentos e por Benchmark que compõem a carteira de investimentos, bem como evolução patrimonial do RPPS;

IX. Emissão do Relatório de Risco utilizando a medida VaR (gerenciamento do risco financeiro), medindo o risco de mercado da carteira de investimentos do RPPS, bem como a análise do VaR de outros fundos de investimentos;

X. Posição diária da carteira de investimentos conforme registro e atualização CVM, contendo a rentabilidade, evolução patrimonial e distribuição de recursos por Instituição Financeira;

XI. Rentabilidade em Reais da carteira de Investimentos do RPPS por fundo e período;

XII. Geração do DAIR (Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos): Disponível, mentalmente, em PDF, as informações contidas neste relatório são as necessárias e obrigatórias no preenchimento do DAIR no CADPREV, otimizando o tempo na procura de informações;

XIII. Elaboração de Comparativo por Benchmark, o relatório comparativo por Benchmark é um ranking dos 10 melhores fundos credenciados na CVM de acordo com sua rentabilidade acumulada no ano por um determinado Benchmark. Além de apresentar sua cota, taxa administrativa, aplicação mínima e rentabilidade do mês.

c) ASSESSORIA TÉCNICA PREVIDENCIÁRIA

I. Auxiliar na análise da legislação municipal referentes ao RPPS, propondo as alterações que se fizerem necessárias, com o objetivo de manter a legislação atualizada na parte da estrutura de gestão, benefícios.

II. Emissão de pareceres referente a dúvidas na área jurídica – aposentadorias previdenciárias, num prazo não superior a 10 (dez) dias. Limitado a 4 pareceres mensais.

III. Reuniões online a combinar;

d) DEMAIS SERVIÇOS

I. Assessorar por telefone ou e-mail na elaboração de demonstrativos e relatórios diversos, no preenchimento de formulários, bem como auxiliando na interpretação de normas pertinentes a investimentos.



Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

investimentos do RPPS versus a META ATUARIAL e a palavra do Economista sobre a carteira do RPPS;

IV. Envio mensal do relatório: Resultado da Carteira de Investimentos do RPPS versus a Meta Atuarial;

V. Envio mensal do relatório: Enquadramento das Aplicações em relação à Resolução nº 4.963/2021;

VI. Elaboração mensal do relatório DAIR ONLINE NO CADPREV;

VII. Elaboração da Política de Investimentos do exercício (envio de minuta base da Consultoria para o ano corrente);

VIII. Elaboração anual do DPIN ONLINE NO CADPREV;

IX. Realização de estratégia de proteção da Carteira de Investimentos, baseado na busca da melhor relação Risco X Retorno X Meta Atuarial;

X. Relatório de Avaliação de Fundos de Investimentos Estruturados (parecer) – análise de Regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo – até 12 (doze) no ano;

XI. Elaboração e Auxílio no credenciamento das Instituições Financeiras;

XII. Reuniões online a combinar com aviso prévio de 15 dias pelas partes até (doze) no ano;

XIII. Suporte na elaboração dos relatórios semestrais conforme o ART 129 da Portaria/MTP Nº 1.467, de 2 de junho de 2022 Controle de gestão de recursos versus PI 2024. Total de 2 referente a 2024.

b) DA PLATAFORMA ONLINE- SGI

I. Emissão do Relatório de Enquadramento das aplicações nos segmentos e artigos da Resolução 4.963/2021 com eventuais alertas de desenquadramento;

II. Emissão do relatório Enquadramento das Aplicações em relação à Política de Investimentos do Exercício;

III. Consulta a enquadramentos e informações necessárias de Fundos de Investimentos disponíveis aos RPPS;

IV. Emissão do relatório Resultado da Carteira de Investimentos do RPPS versus a Meta Atuarial;

V. Emissão do relatório Rentabilidade Mensal Consolidada das Aplicações do RPPS, comparando a rentabilidade acumulada do período versus a meta da política de investimentos do RPPS; • Geração automática das Autorizações de Aplicações e Resgate (APRs) a cada movimentação, conforme exigido pelo Ministério da Previdência;

VI. Elaboração de comparativos com as principais informações necessárias sobre os ativos, histórico dos últimos 24 meses;

VII. Emissão do Relatório Cotista, comparação de até 03 fundos ao mesmo



Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

II. Assessorar eventuais auditorias do TCE e SPREV em relação aos investimentos, bem como, nos demonstrativos DAIR/DPIN.

III. Assessorar o contratante a adotar todas as providências necessárias no tocante à área de investimentos para assegurar a renovação do CRP;

IV. Assessorar por telefone e e-mail previamente ao acontecimento de Assembleias de Fundos de Investimentos através de análise da pauta proposta na convocação da Assembleia e histórico do RPPS;

V. Suporte/ auxílio nos sistemas GESCON e CADPREV;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1 - Pela execução do objeto deste instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal correspondente a **R\$ 1.667,18 (um mil seiscentos e sessenta e sete reais e deztoito centavos)**, pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante emissão de nota fiscal correspondente e a devida expedição da Nota de Empenho.

2.2 - A despesa para a execução dos objetos licitados correrá por conta das Dotações Orçamentárias especificadas na lei-de-meios em execução, sob a seguinte classificação: 0302 – (152) 3390.39.00.00.00 – 2.043 – Manutenção Atribuições Fundo Previdenciário.

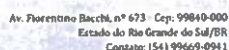
2.3 - Ocorrendo as hipóteses previstas lei de licitações poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e prova documental das alterações.

2.4 - Se eventualmente a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, poderá ser concedido reajuste no preço contratado, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador a variação do IPCA/IBGE ou outro índice a ser definido pelo CONTRATANTE.

2.5 - Conforme determinado pelo Decreto Municipal nº 7.341, de 20 de julho de 2022, fica ressalvado a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la nos termos do mencionado decreto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 - Este instrumento terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar da presente data, e, em havendo interesse do CONTRATANTE, poderá ser renovado anualmente, mediante aditivo, observando as disposições da estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.



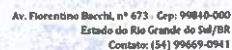
CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.3 – Disponibilizar as condições adequadas para a realização dos serviços

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.4 - Não transferir este contrato sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

5.7 - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista no presente contrato;



2013

- I. Advertência;
- II. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- III. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

§ 4º - A sanção prevista no inciso I do § 2º será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do § 1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



Parágrafo Único - A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos referidos nesta cláusula não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

e) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

a) Por ato unilateral da Administração, no caso do art. 137, incisos I a IX, e art. 106, inciso III, da Lei Federal n. 14.133/2021.

b) Amigavelmente, desde que haja conveniência para a Administração, e

6.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração Municipal previstos nos artigos 115 e 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Na vigência do contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:



§ 6º - A sanção prevista no inciso IV do item 8.2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do § 1º do presente ato, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do § 1º que justificarem a imposição de penalidade mais grave.

§ 7º - As sanções aplicadas obedecerão aos ritos estabelecidos nos arts 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no § 2º

§ 9º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 10º - A aplicação das sanções previstas no § 2º não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§ 11º - Na aplicação da sanção prevista no § 2º, inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 12º - Para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do § 2º, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 13º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção, de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 14º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



Av. Florentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

§ 15º - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§ 16º - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II. Pagamento da multa;

III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade no caso de declaração de inidoneidade;

IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

§ 17º - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do § 2º do presente ato exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1 - O CONTRATANTE designa como fiscal deste ato o Secretário de Planejamento e Administração Sr. Sérgio Luiz Fracasso ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s);

8.2 - A fiscalização deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria, especialmente a Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

9.1 - A CONTRATADA compromete-se a efetuar, pontualmente, os recolhimentos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais normas específicas, inclusive no tocante às profissões regulamentadas.



Av. Florentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

9.2 - Todas as despesas referentes ao serviço correrão por conta da CONTRATADA, inclusive tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre a atividade.

9.3 - Ao firmar este instrumento declara, a CONTRATADA, ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente contrato.

9.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração Municipal previstos na Lei Federal 14.133/2021.

9.5 - Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei n. 14.133/2021, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Sananduva, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por ser expressão da verdade, assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, para que surta efeitos legais.

Sananduva, 17 de abril de 2025.

CLAYTON EDU
MONTEIRO DE
AGUIAR-4356149
7004

Assinado de forma digital
por CLAYTON EDU
MONTEIRO DE
AGUIAR-43561497004
Data: 2025.04.17
08:43:53 -03'00'

MUNICÍPIO DE SANANDUVA
CLAYTON EDU MONTEIRO DE AGUIAR
CONTRATANTE

JOAO CARLOS
ENNES DA
SILVA-67616623034

Assinado de forma digital
por JOAO CARLOS ENNES
DA SILVA-67616623034
Data: 2025.04.17
12:28:33 -03'00'

REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:



Av. Florentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

CPF nº: _____
Assinatura

CPF nº: _____
Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO ALEGRE / RS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

RPS Nº: 6485

Série: SN

Emitido em: 30/04/2025

Número NFS-e
202500000000948

Data e Hora de Emissão
30/04/2025 10:34:32

Código de Verificação
53a7c545

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CNPJ / CPF: 14.261.603/0001-51 Inscrição Municipal: 54311020
Nome/Razão Social: REFERENCIA GESTAO E RISCO LTDA
Endereço: RUA GETULIO VARGAS 1151 CONJ 1611, MENINO DEUS
Município: PORTO ALEGRE
Fone: (51) 3207-8059 E-mail: financeiro@referencia.poa.br

Inscrição Estadual:
UF: RS CEP: 90150-005

TOMADOR DE SERVIÇOS

CNPJ / CPF: 14.668.692/0001-55 Inscrição Municipal:
Nome/Razão Social: RPPS- REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - SÃO LOURENÇO DO SUL
Endereço: CORONEL ALFREDO BORN 202 CENTRO
Município: São Lourenço do Sul
Fone: (53) 3251-9566 E-mail: noemi@saolourencodosul.rs.gov.br

Inscrição Estadual:
UF: RS CEP: 96170-000 PAÍS: Brasil

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestacao de servico tecnico de consultoria de investimentos.
Análise da carteira;
Entrega de relatório;
Suporte técnico;
DADOS BANCARIOS:
AGENCIA: 0015
CONTA CORRENTE: 06.065874.0-1
BANCO BANRISUL: 041
PI: 14.261.603/0001-51 (CNPJ)
RECORRENTE AO MES DE ABRIL/2025
VENCIMENTO EM 07/05/2025

VALOR TOTAL DA NFS-e = R\$ 1.391,07

RETENÇÕES FEDERAIS

Valor	INSS	IRRF	CSLL	COFINS	PIS	Ret. Federais	Outras Retenções
	R\$ 0,00	R\$ 66,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Atividade: 1720 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
Cód. Trib. Municipal: 172000100 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira
CNAE: 6612605 - Agentes de investimentos em aplicações financeiras

Valor Serviço	Desc. Cond.	Desc. Incond.	Deduções	Base de Cálculo	Aliq. ISS (%)	Valor ISS	ISSQN Retido	Valor Líquido	ISS Retido
R\$ 1.391,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.391,07	5,0000	R\$ 69,55	R\$ 0,00	R\$ 1.324,30	NÃO

TRIBUTAÇÃO DE ISSQN

Competência: 30/04/2025
ISS Retido: NÃO
Optante Simples: NÃO
Incentivador Cultural: NÃO
Regime Especial de Tributação:
Natureza da Operação: 1 - Tributação no município
Local de Prestação: Porto Alegre / RS
Município de Incidência: PORTO ALEGRE / RS

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Esta NFS-e foi emitida através do RPS N° 6485 série SN, emitido em 30/04/25.
- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo tomador dos serviços.
- A autenticidade desta nota poderá ser verificada no site, com utilização do código de verificação.
Trib aprox R\$: 178,12 Federal, R\$: 0,00 Estadual e R\$: 61,05 Municipal Fonte: IBPT/empresometro.com.br F11483